

O circuito espacial de produção de petróleo e o círculo de cooperação: uma leitura da dimensão política da urbanização

Silvana Cristina da Silva

Universidade Federal Fluminense – Brasil

p. 307-321

Como citar este artigo:

SILVA, S. C. O circuito espacial de produção de petróleo e o círculo de cooperação: uma leitura da dimensão política da urbanização. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 2, p. 307-321, ago. 2019. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/150120>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2019.150120>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

revista

Geo 

USP

espaço e tempo

Volume 23 • nº 2 (2019)

ISSN 2179-0892

O circuito espacial de produção de petróleo e o círculo de cooperação: uma leitura da dimensão política da urbanização¹

Resumo

Analisamos o circuito espacial de produção do petróleo problematizando o fato de que, no período técnico-científico-informacional, aprofundou-se a divisão entre os lugares que produzem informação e os que obedecem às ordens do sistema produtivo global. A situação geográfica do Norte Fluminense, com destaque para a cidade de Macaé, evidencia a convergência das forças políticas internas e as ordens externas, que produz uma cidade especializada na etapa da extração do petróleo, mas que não detém o domínio da informação. As cidades que comandam os círculos de cooperação do petróleo continuam sendo as localizadas em países centrais. Assim, identificamos no circuito espacial produtivo do petróleo “as cidades do fazer”, onde ocorre a extração, e “as cidades do mandar”, onde se produzem majoritariamente as informações técnico-científicas, financeiras e políticas que comandam o circuito.

Palavras-chave: Circuito espacial de produção. Círculos de cooperação. Uso do território. Norte Fluminense. Petróleo.

The spatial circuit of oil production and the cooperation circle: an analysis of the political aspects of urbanization

Abstract

We have analyzed the spatial circuit of oil production and have examined how the division between places that produce information and places that follow orders from the global production system has deepened during the technical-

¹ Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj), Edital APQ1, Processo n. E-26/110.935/2013, e ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq), Edital Ciências Humanas, Processo n. 443906/2015-7, pelo financiamento concedido à pesquisa que resultou neste artigo.

scientific-informational period. The geographic situation in northern Rio de Janeiro state, especially in Macaé, shows how the convergence of internal political forces and external forces results in a city which is specialized in the oil extraction process but which does not have control over it. The cities handling the cooperation circles of oil are still located in developed countries. Therefore, we have identified those two types of cities in the spatial circuit of oil production: the ones which house the oil extraction process and the ones which control the circuit, where the technical-scientific, financial and political information are mainly produced.

Keywords: Spatial circuit of production. Cooperation circles. Territory use. Northern Rio de Janeiro state. Oil.

Le circuit spatial de production pétrolière et le cercle de coopération: une lecture de la dimension politique de l'urbanisation

Résumé

Nous analysons le circuit de la production pétrolière par la problématisation du processus, durant la période technique-scientifico-informationnelle, d'approfondissement de la division entre les lieux de la production de l'information et les lieux qui obéissent aux ordres du système de production global. La situation géographique du nord de Fluminense, et tout particulièrement la ville de Macaé, montre la convergence des forces politiques internes et des ordres externes, ce qui produit une ville spécialisée limitée à l'étape d'extraction de pétrole, mais qui ne détient pas le contrôle de l'information. Les villes qui dirigent des cercles de coopération pétrolière sont toujours situées dans les pays centraux. Ainsi, nous identifions dans le circuit spatial productif du pétrole "les villes du faire", où se déroule l'extraction, et "les villes du contrôle", où sont produites principalement les informations technico-scientifiques, financières et politiques qui commandent le circuit.

Mots-clés: Circuit spatial de la production. Cercles de la coopération. Usage du territoire. Nord Fluminense. Pétrole.

Introdução

Este artigo faz uma reflexão sobre o uso do território (Santos, 2002; Santos; Silveira, 2001) brasileiro a partir do conceito de circuito espacial de produção e de seu respectivo círculo de cooperação (Barrios, 1980; Santos, 1986; Moraes, 1991; Santos; Silveira, 2001; Castillo; Frederico, 2010), tendo como recorte analítico o circuito espacial produtivo do petróleo no Norte Fluminense, uma região que abriga o centro operacional da extração da Bacia de Campos desde 1978, com a presença de uma das bases operacionais da Petrobras em Macaé.

No momento atual, manifesta-se uma crise política avassaladora para o espaço banal (Santos, 1997). A deposição por meio de impeachment de um governo eleito democraticamente, como ocorreu com a presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT, 2011-2016), impõe a todos a necessidade de reflexão. A Geografia, por meio de seu instrumental metodológico, contribui com o debate sobre como o uso do território e a urbanização são orientados por ordens das corporações e das elites (locais, nacionais e globais). A urbanização revela como os lugares exercem papéis distintos na rede urbana, especialmente quando analisamos a economia política do território, cada vez mais globalizada e exigente de interações comunicacionais e circulatoriais.

Nesse sentido, nossa análise parte da leitura do território tomando como referência o método geográfico, especialmente aquele que compreende o espaço geográfico como um conjunto de sistemas de objetos e de sistemas de ações, que funcionam contraditoriamente e indissociavelmente, conforme teorizou Santos (2002). Esse espaço geográfico se revela pelo território usado (Santos, 2000), um híbrido de materialidades e ações. Para tanto, realizamos a pesquisa sobre o circuito espacial de produção do petróleo buscando compreender como as etapas da produção constroem uma divisão territorial do trabalho e, ao mesmo tempo, esse circuito sujeita-se à divisão territorial do trabalho preexistente, ainda que a modifique. A urbanização e a rede urbana fazem parte desse processo, ou seja, revelam como os lugares participam da produção e da vida de relações territoriais.

Os circuitos espaciais de produção “são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território” (Santos; Silveira, 2001, p. 143). Já o círculo de cooperação diz respeito aos fluxos imateriais que asseguram a realização da produção, como as ordens, as ideias, as decisões de caráter financeiro, as informações técnicas e científicas e normativas.

O circuito espacial do petróleo é extremamente globalizado e gerador de especialização produtiva, como ocorreu com Macaé (RJ). O seu respectivo círculo de cooperação indica os lugares centrais nas decisões, sejam elas técnico-científicas e/ou financeiras, que geram as cidades da produção de informações, os “lugares do mandar”. Essas refletem refletindo sobre a subalternização de países como o Brasil na geopolítica do circuito espacial produtivo do petróleo, que se renova no período da globalização, período técnico-científico-informacional (Santos, 2002). As cidades da produção, como Macaé, revelam os “lugares do fazer”, cujas elites também são responsáveis pela especialização produtiva subalterna aos interesses das corporações e Estados centrais.

Dessa maneira, a pesquisa foi apresentada neste artigo com duas seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, “O circuito espacial de produção do petróleo: ‘as cidades da produção’”, descrevemos o sistema técnico tomando como referência a região petrolífera do Norte Fluminense e sublinhando a especialização territorial produtiva de Macaé. A segunda seção é sobre “Os círculos de cooperação: ‘as cidades do controle da informação’”, cuja centralidade é constituída pelo comando da divisão territorial do trabalho, com a formação das cidades da informação, ou seja, cidades que comandam o círculo de cooperação do petróleo em razão do controle de sua base técnico-científica e das cidades do comando financeiro e estratégico do circuito produtivo do petróleo.

O circuito espacial de produção do petróleo: “as cidades da produção”

O circuito espacial de produção compõe-se por etapas do processo de produção que demandam um conjunto de materialidades, que são dinamizadas por fluxos. Para Barrios (1980), o circuito espacial de produção é um conjunto de etapas do processo produtivo que transforma a matéria-prima em produto final a ser consumido. No entanto, a autora se refere apenas às interações técnico-territoriais, pois os lugares não são neutros na realização da produção. O circuito espacial de produção do petróleo é complexo e encontra historicidade nos lugares onde realiza as etapas da produção. A instalação da Petrobras em Macaé no fim da década de 1970 revela a potência desse circuito na promoção das transformações do espaço urbano e das interações espaciais – um complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias e informações que está relacionado com a reprodução social (Corrêa, 1997) – em escalas regional, nacional e global.

Com base em Cruz (2003) e informações pesquisadas, podemos identificar quatro períodos histórico-espaciais para a região Norte Fluminense a partir da implantação da produção do petróleo: de 1978 a 1996, quando foi instalada a sede operacional da Petrobras, entre 1977 e 1978, mais precisamente em Macaé, desdobrando-se na produção efetiva de petróleo na Bacia de Campos nas décadas seguintes; de 1997 a 2002, quando se quebrou o monopólio da Petrobras, com a Lei do Petróleo (Lei n. 9.478, de 6 de agosto de 1997), com o aumento da instalação de empresas estrangeiras na extração e, sobretudo, com o aumento das compensações financeiras na forma de royalties e participações especiais para os estados e “municípios produtores”. O Norte Fluminense foi bastante privilegiado no recebimento desses recursos, destacadamente Campos dos Goytacazes; e, no terceiro período, de 2003 a 2014, com a retomada dos investimentos na Petrobras e no circuito espacial de produção do petróleo nos governos Luís Inácio Lula da Silva (PT, 2003-2010) e Dilma Rousseff (PT, 2011-2014). Há já um novo período que se define após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, quando se estabelecem uma crise nos investimentos, queda no preço do petróleo e mudanças políticas, beneficiando empresas estrangeiras na concessão dos blocos exploratórios do pré-sal, além de isenções fiscais para as petroleiras, no governo de Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, 2015-2017).

O circuito espacial de produção, com base em Barrios (1980), Santos (1986), Moraes (1991) e Castillo e Frederico (2010), é um conceito que permite compreender como o território participa do processo de produção (prospecção e extração, em nosso recorte analítico), distribuição, comércio e consumo, de modo a revelar a circularidade da acumulação. Não se trata apenas de etapas técnicas, mas sim de etapas constituídas por decisões, cujos lugares participam com suas respectivas densidades políticas, ou seja, a divisão territorial do trabalho pretérita se renova com as novas materialidades por meio de novas interações espaciais, e é resultado de um sistema de ações, de poderes políticos e culturais e não apenas baseados em princípios da racionalidade econômica.

O circuito espacial de produção do petróleo é composto por um conjunto de sistemas técnicos, fixos, articulados por fluxos materiais e imateriais, esse último formando os círculos de cooperação, fluxos informacionais e ordens. A descrição desses fixos é complexa, pois se trata de objetos técnicos distribuídos em escala planetária e com concentrações em algumas cidades. Destacamos as principais materialidades e o que elas representam em termos de interações espaciais entre os centros urbanos. Nesta descrição, retiramos as instâncias da distribuição e comercialização (downstream), pela impossibilidade de acompanhar essa rede de relações no âmbito desta pesquisa. Além disso, foi a produção (prospecção e extração)² que gerou mudanças profundas da rede urbana na região em tela, especialmente no que tange à função urbana de Macaé e aos círculos de cooperação gerados. Sublinhamos ainda que a Petrobras é central nesse circuito e para as interações espaciais estabelecidas entre as cidades onde há atividades petrolíferas.

A cidade de Macaé aparece como o centro de operações das atividades de prospecção e extração de petróleo da Bacia de Campos. A principal razão dessa centralidade repousa no fato da cidade abrigar a Unidade de Operação de Exploração e Produção da Petrobras (Imbetiba), principal empresa que atua no ramo no território nacional. Também atuam na Bacia de Campos e estão presentes em Macaé as concessionárias estrangeiras Anadarko (EUA), BP Energy (Inglaterra), Statoil (Noruega) e Repsol-Sinopec (Espanha/China). Junto aos grupos concessionários, estão as empresas de serviços e equipamentos, as chamadas parapetroleiras – que oferecem serviços e equipamentos para a execução das etapas de pesquisa (prospecção) e extração, de que se destacam a Schlumberger, a Halliburton, a Weatherford e a Baker Hughes, todas com sede corporativa em Houston, nos EUA. Isso corrobora nossa discussão sobre a definição dos papéis das cidades na rede urbana, em que há cidades que abrigam a centralidade informacional, de onde partem as ordens dentro do circuito produtivo de amplitude global. Já as cidades da produção, ou da extração, recebem ordens das cidades centrais, que controlam o círculo de informação.

Em razão da presença da sede corporativa da Petrobras e de seu centro de pesquisa (Centro de Pesquisas Leopoldo Américo Miguez de Mello – Cenpes), dos escritórios das corporações e de alguns centros de pesquisa do petróleo, a cidade do Rio de Janeiro tem uma cen-

2 Para Alves (2012, p. 61), “A instância da produção petrolífera conta com as etapas da exploração (pesquisa), da extração, do transporte da matéria-prima e do refino”. Com base na autora, dedicamo-nos a analisar a instância da produção.

tralidade importante na produção de informação no círculo de cooperação do circuito espacial de produção do petróleo no território brasileiro. Conforme Binsztok e Monié (2012), o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro tem “ilhas de excelência” técnico-científicas. Entretanto, já há mudanças, com o aumento da produção na Bacia de Santos e a instalação da sede operacional do pré-sal em Santos; inclusive, as mudanças já são sentidas no valor dos repasses dos royalties e das participações especiais dos municípios litorâneos de São Paulo, em ascensão nos municípios desse estado.

Macaé continua sendo um nódulo importante de organização da produção em razão de sua especialização produtiva (Barbosa; Silva, 2017). A cidade conta com o porto de Imbetiba, onde parte dos navios-plataformas embarca e desembarca o óleo extraído e onde também se faz alguma manutenção.

O terminal de Cabiúnas dá suporte ao armazenamento de parte do petróleo e gás produzidos na Bacia de Campos. Segundo a Petrobras ([s.d.]), “o armazenamento do petróleo originado da Bacia de Campos passa pelo oleoduto Cabiúnas-Barra do Furado e envia para o terminal de Campos Elíseos pelo oleoduto Cabiúnas-Duque de Caxias”. Essa infraestrutura compõe o sistema de circulação do produto extraído das plataformas e também mobiliza interações com outras cidades, uma vez que faz a conexão com a Refinaria de Duque de Caxias por meio de seus dutos.

Pela necessidade da circulação da força de trabalho, criou-se um sistema técnico que articula fixos e fluxos para o circuito do petróleo. As 49 plataformas de petróleo mobilizam heliportos e aeroportos para o deslocamento de trabalhadores, sendo que o aeroporto de Macaé é o principal em número de voos para as plataformas offshore. No estado do Rio de Janeiro, os aeroportos de Macaé, de Farol (heliporto) e de Bartolomeu Lisando, em Campos dos Goytacazes, além de Cabo Frio, são fixos utilizados para a mobilidade da força de trabalho vinculada ao petróleo nas plataformas em alto-mar. Destacamos que esses serviços estão vinculados a empresas globais de produção de helicópteros e ao surgimento de empresas de táxi-aéreo como a Líder Táxi, o que aciona outro circuito de empresas responsáveis pelo transporte da força de trabalho.

A descrição desse sistema técnico revela que a especialização produtiva da cidade de Macaé produziu um espaço urbano dominado pela indústria do petróleo. Esse processo se constituiu a partir de uma psicoesfera (Santos, 1994) de convencimento da importância desse circuito produtivo para a cidade. O poder público municipal corrobora com a exaltação desta atividade e com a monofuncionalidade da atividade econômica (Figura 1). Inegavelmente, gerou-se riqueza em Macaé e no Norte Fluminense em geral, sobretudo para as parcelas da população conectadas a cargos e profissões mais valorizados no circuito, com destaque para os concursados da Petrobras e os executivos e técnicos das corporações globais. Esse grupo de trabalhadores demandou consumos consultivos que incluem lazer, serviços educacionais e de saúde; entretanto, fica restrito aos grupos de alta renda, que se somam às antigas famílias da região também com alta renda (antigos proprietários rurais e grupos que dominam a cena política local).

Figura 1 – Placa na entrada de Macaé distinguindo a cidade como “a Capital Nacional do Petróleo” – 2014



fonte: A autora, 2014.

Nesse sentido, o que observamos é uma urbanização baseada numa especialização que produz um uso corporativo do espaço urbano. Inclusive, podemos destacar, o consumo produtivo funciona como um elemento estruturante do espaço urbano de Macaé. Praticamente toda a infraestrutura – os fixos descritos como aeroporto, o porto de Imbetiba, o terminal de Cabiúnas e o Parque de Tubos – está localizada no espaço urbano. Isso gerou disputas entre essas atividades, bem como entre as de habitação, de comércio e de serviços.

Em Macaé, a população mais pobre foi expulsa das áreas centrais e próximas à praia. Uma parte para a execução das atividades industriais, outra porque os serviços e os comércios passaram a disputar essas áreas, como observamos no estudo da rede hoteleira (Barbosa; Sil-

SILVA, S. C.

va, 2017) segundo o qual marcas de hotéis internacionais passam a atuar fortemente no espaço urbano. Além disso, as classes médias conseguiram ocupar as áreas mais bem estruturadas e próximas aos serviços.

Junto ao processo de reestruturação do espaço urbano de Macaé, mudou a forma das interações dessa cidade. Ela entrou em disputa com Campos dos Goytacazes – cidade média do Norte Fluminense com aproximadamente 500 mil habitantes, segundo estimativa do IBGE – para atrair investimentos, fluxos e novas centralidades. Essa centralidade está baseada em grande parte na especialização produtiva, incorporando comércio e serviços, sobretudo vinculados às necessidades das elites e classes médias. Por outro lado, o circuito espacial de produção do petróleo ativou o consumo produtivo, uma vez que esse circuito interage com outras cidades no mundo, especialmente com os centros produtores de informação técnico-científica e de informações estratégicas (políticas e econômicas), que são as interações espaciais decorrentes dos círculos de cooperação. A urbanização, que se materializa na rede urbana – a divisão territorial do trabalho –, revela a geopolítica do uso do território. As cidades que produzem informações estratégicas estão em países centrais; ainda que haja a produção de centralidades no circuito espacial de produção do petróleo no território brasileiro, o poder político e econômico repousa, majoritariamente, em outros territórios.

Os círculos de cooperação da produção do petróleo: “as cidades da informação”

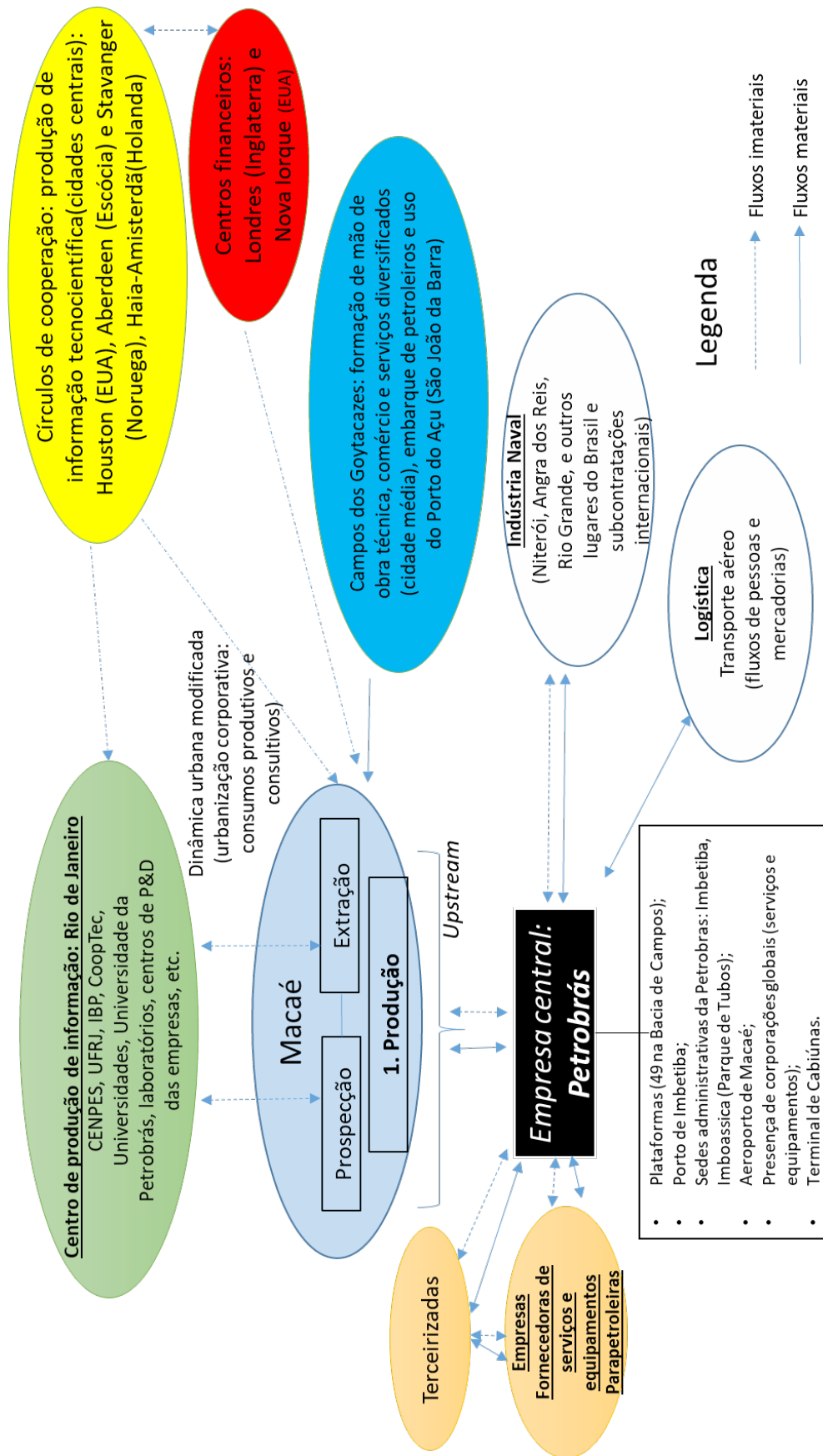
Para Santos e Silveira (2001, p. 143/144), o período atual é marcado pelo movimento,

[...] comandado sobretudo por fluxos não obrigatoriamente materiais, isto é, capitais, informações, mensagens, ordens [...] os circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial.

Os círculos de cooperação indicam os fluxos imateriais gerados pelo circuito espacial produtivo – ordens, informações e ideias – que criam outras centralidades na rede urbana, cuja correspondência não é a mesma das materialidades da produção propriamente dita.

A centralidade dos lugares é constituída por fixos, em parte proveniente das etapas dos diversos circuitos espaciais de produção, que geram fluxos, cuja centralidade do comando corresponde aos círculos de cooperação, que garantem a integração da produção, que se encontra cada vez mais fragmentada. As especializações produtivas geram centralidades significativas na rede urbana, mas as centralidades do círculo de cooperação revelam “os lugares do poder” e da expertise técnico-científica, bem como de seus principais agentes. Sintetizamos o circuito espacial de produção do petróleo e seu respectivo círculo de cooperação na Figura 2.

Figura 2 – Macaé-RJ: o circuito espacial de produção do petróleo e seu círculo de cooperação



elaboração: A autora, 2018.

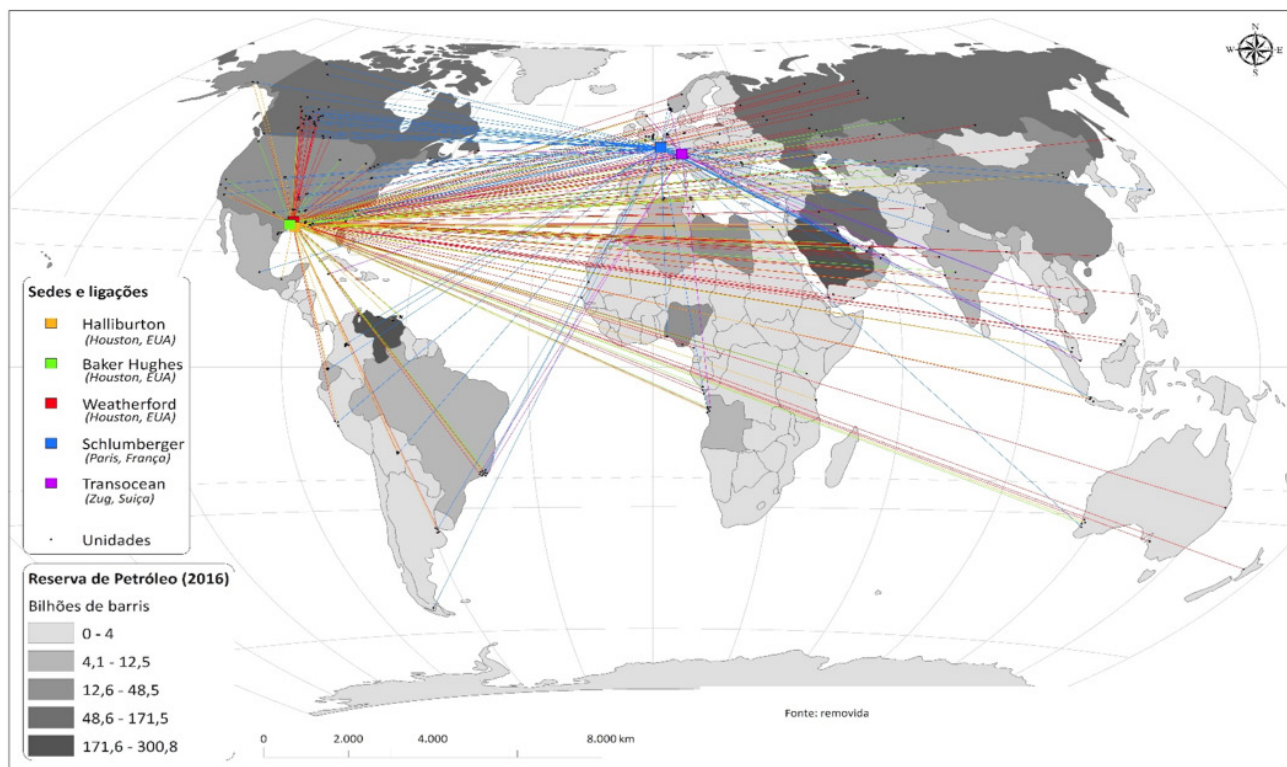
SILVA, S. C.

Para Hill e Feagin (2006), a posição econômica de uma cidade é decisiva nas implicações de seu desenvolvimento socioespacial interno. Examinando as cidades de Detroit e Houston – a primeira, especializada na indústria automobilística, teve uma política estatal muito presente na construção dessa especialização; a segunda, especializada na indústria petroquímica, com uma política baseada no *laissez-faire* –, ambas entraram em decadência econômica nos anos 1980, pois são localizações espaciais num sistema de produção e trocas global interdependente. Assim, Hill e Feagin (2006) sublinham que as cidades passam a ocupar um novo papel na divisão internacional do trabalho, pois elas articulam-se com um ponto nodal capitalista mundial. Houston passa a ter uma centralidade produtiva, destacadamente porque tornou-se produtora de informação do circuito espacial produtivo do petróleo, até ser considerada uma cidade global, conforme Rodriguez e Feagin (2006). Para os autores, um elemento da constituição de cidades globais é justamente a especialização produtiva com capacidade de produção de informação em escala planetária.

As principais empresas que produzem equipamentos e executam serviços para a extração em Macaé são grandes oligopólios do conhecimento técnico-científico no ramo e têm a centralidade do círculo de cooperação localizada em Houston (e cidades próximas), nos EUA, sendo Paris e Zug centros importantes, mas secundários na produção de informação (Figura 3). Em geral, essas corporações instalam-se nos países de extração e produzem tecnologias adaptativas, mas o centro do poder que comanda a produção é longínquo. Macaé é considerada “a capital nacional do petróleo”, mas a “capital mundial do petróleo” é Houston, e, mesmo no território brasileiro, é a cidade do Rio de Janeiro, uma vez que é ela que comanda a organização das etapas da produção do petróleo e as decisões estratégicas, em razão da concentração de escritórios, de centros de pesquisa das corporações (petroleiras e parapetroleiras), da sede da Petrobras e de outros centros de produção de informação técnico-científicas, conforme apontamos.

As petroleiras mantêm sua sede em seu país de origem, como a Saudi Aramco, da Arábia Saudita, a Gasprom, russa, e mesmo a própria Petrobras. Essas corporações instalaram escritórios de representação estratégicos em Londres e Nova York, além de escritórios operacionais em cidades como Houston, Aberdeen, na área metropolitana de Haia-Roterdã e Stavanger. Daí nossa discussão sobre os circuitos espaciais de produção gerarem uma hierarquia de cidades na escala planetária em razão dos círculos de cooperação. O comando da informação configura nódulos do poder global que podem ter certa variação, mas, via de regra, passam pelas capitais do sistema financeiro e pelos lugares que dominam a produção de informações tecnocientíficas especializadas.

Figura 3 – Circuito espacial de produção do petróleo: centros de decisão e unidades produtivas das principais parapetroleiras



Considerações finais

As interações espaciais entre as cidades da produção, isto é, da prospecção e da extração, mostram como esse circuito produtivo mobilizam fluxos para realizar a produção propriamente dita. Fluxos materiais como a necessidade de deslocamento de equipamentos para a produção, de materiais para a manutenção das plataformas e de pessoas. Os petroleiros e equipes de manutenção em alto-mar mobilizam interações com cidades vizinhas como Campos dos Goytacazes, Cabo Frio e Rio das Ostras, entre outras, e mesmo com cidades mais distantes, como o próprio Rio de Janeiro.

No entanto, são os fluxos imateriais que geram fluxos mais longínquos que carregam ordens de outros lugares como os centros de comando técnico, onde se concentram os centros de pesquisa (Houston, Aberdeen, Zug, Stavager, Haia-Roterdã) e as sedes corporativas (Houston) das empresas do ramo. Ao mesmo tempo, há interações com os centros financeiros globais (Londres e Nova York), onde as ações dessas empresas são negociadas e onde se aglutinam centros de decisão e negociação entre as corporações, além das interações com o poder político.

Adicionalmente, temos os elementos geopolíticos das interações, pois as decisões dos Estados territoriais e das empresas caminham *pari passu*. O controle da produção por grupos de países produtores como a Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opec) ou mesmo acordos estabelecidos para exportação (com reserva de mercado para alguns países) são elementos fundamentais na definição das interações espaciais. A mudança recente no coman-

do do Estado brasileiro, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (ocorrido em 2016), ensejou novas interações entre o Brasil e o mundo. No que tange à geopolítica da produção de petróleo, é crescente a entrada de capital estrangeiro na extração do pré-sal; além disso, incluiu a mudança da Lei de Partilha do Petróleo, de 2010 (aprovada no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, do PT), em 2016, pelo governo de Michel Temer (PMDB), com a Lei n. 13.365/2016, decorrente de um Projeto de Lei de autoria do senador José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB).

Nesse sentido, os fluxos (materiais e imateriais) – revelados pela densidade e pela hierarquia entre cidades – têm uma dimensão política por excelência. A centralidade de Macaé na rede urbana do Norte Fluminense foi alterada no período recente em razão da especialização territorial produtiva do petróleo. Ainda que Campos dos Goytacazes continue tendo um grau de diversificação e de influência na região, as mudanças são inquestionáveis.

Tais mudanças foram possíveis em razão das variáveis do período que Milton Santos (2002) dominou técnico-científico-informacional. Ao longo do tempo, dissociaram-se a energia e a informação (Raffestin, 1993), ou seja, aquele que produz o objeto e o que controla o saber sobre a produção. A centralidade do período atual está na informação. Além de ser mediadas pelas próteses técnicas, relações das mais banais às corporativas são mediadas também por uma camada de informação cujo controle é cada vez mais restrito. Cada lugar absorve e produz essa camada de informação a sua maneira e, de certa forma, a incorporação de etapas do circuito espacial de produção do petróleo é a incorporação de uma camada técnica e informacional nesses lugares. O controle dessa camada informacional tem escalas, o que demanda análise e reflexões sobre o grau de controle que as cidades têm hoje sobre seu próprio cotidiano.

Nossa análise traz indícios de que as interações geradas entre Macaé e as cidades do entorno – interações regionais, nacional e global – são hoje mediadas por agentes externos ao lugar. Essas situações corroboram o aprofundamento da dependência externa do lugar no que toca aos níveis de emprego, ao orçamento municipal e à especulação imobiliária, pois esses elementos são alterados em razão, por exemplo, de decisões da Opep e mesmo da mudança da política nacional de energia no país, como ocorreu após 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Assim, as redes urbanas, são redes de interações políticas com múltiplas escalas.

A inserção dos lugares nas etapas dos circuitos produtivos globais não ocorre sem o aporte de ações das elites locais e regionais nos planos material e imaterial. Tais ações envolvem a apropriação da estrutura do Estado para que elas resolvam suas necessidades como elites e, ao mesmo tempo, negociem com as elites globais de forma subalterna. Como afirma Saskia Sassen (2016), o comprometimento das elites com o capital global e o sistema financeiro não é desprezível, o que torna a vida das cidades bastante complicada no sentido de que há a união dos interesses das “elites predatórias” dos lugares com as elites globais, compostas por executivos do circuito das corporações e por homens do Estado e das instituições internacionais.

A estruturação da rede urbana regional no estado do Rio de Janeiro e suas interações resultam de uma complexa rede de poderes e ordens. O mapa dessa rede descreve a constituição de uma economia política estruturada sobretudo pelo circuito superior da economia urbana. Quanto ao petróleo e ao gás, essa estruturação mudou significativamente em razão das ordens das corporações que as cidades foram chamadas a responder. As elites locais e regionais

compõem o outro elo com o circuito superior, pois a subalternidade à qual os países periféricos estão submetidos tem uma cumplicidade nas ações concretas das elites. Sem as “elites predatórias”, as corporações e os Estados centrais não teriam tamanho poder.

O Norte Fluminense tem uma elite de proprietários de terras composta por antigos usineiros que dominaram a região. Essa elite se fragmenta nas frações do capital. Por isso, por exemplo, os comerciantes tiveram e têm forte influência nas cidades e na região, especialmente em Campos dos Goytacazes. Parte dos antigos usineiros passaram a atuar em outros ramos na cidade: atividades imobiliárias, serviços educacionais, propriedade de jornais e rádios etc. A chegada do petróleo trouxe novas possibilidades de apropriação dos recursos via Estado.

A princípio, os fartos recursos decorrentes do circuito espacial de produção do petróleo para o estado do Rio de Janeiro, especialmente para o Norte Fluminense, poderiam ter ocasionado uma verdadeira revolução social e territorial provendo recursos para o combate à pobreza e a melhoria das condições materiais das cidades, com equidade dos equipamentos de uso coletivo e acesso à educação e à saúde, bem como promovido acesso à água, ao esgotamento sanitário, ao lazer e à cultura etc. No entanto, houve poucos avanços nas condições de “justiça territorial” da maior parte da população. A população pobre continuou a receber um ensino público débil, saúde precária, a despeito de alguns programas sociais de grande importância como o Cheque Cidadão e o Programa de Passagem a um real, entre outros.

Na escala nacional, as políticas liberalizantes de acesso ao mercado da produção do petróleo foram postas em prática pelas elites políticas com ações práticas como a mudança da Lei de Partilha, de 2010, cuja mudança retirou a obrigatoriedade da participação em 30% da Petrobras nos leilões. Em outubro de 2017, 14 das 15 maiores petroleiras participaram do primeiro leilão após mudança da lei (Lei n. 13.365/2016). Segundo dados já divulgados pela ANP, entre os oito campos oferecidos pela ANP nessas duas rodadas de leilões, a Petrobras se mostrou interessada em apenas três (Sapinhoá, Peroba e Alto de Cabo Frio-Central), ficando sua participação restrita a 30%. As mudanças não se limitam às regras de participação da Petrobras nos leilões, que aumentaram o interesse das petroleiras estrangeiras (em especial as estadunidenses Chevron e Exxon e a anglo-holandesa Shell), mas também à redução dos índices de conteúdo local e à ampliação do Repetro (regime aduaneiro especial que desonera a tributação de importação – que permite inclusive deduzir IRPJ e CSSL – de equipamentos importados destinados à pesquisa e à produção de petróleo e gás natural – Projeto de Lei n. 795). Trata-se de uma geopolítica mundial estabelecida pelas petroleiras e parapetroleiras e os Estados hegemônicos. Em 2013, a Petrobras produzia 91% do petróleo; já em 2016, passou para 82%. As petroleiras estrangeiras sobem para quase 18%, e a meta da atual política de energia, da qual o Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás é um agente ativo, é justamente aumentar a participação das estrangeiras.

Entretanto, é possível construir uma psicoesfera emancipatória por meio de um discurso contra-hegemônico e de resistências. Se o Norte Fluminense pode ser considerado um lugar de obediência à racionalidade produtiva global, é também um lugar de resistências, onde os sindicatos, em especial dos petroleiros, os sindicatos rurais e o MST vêm produzindo um pensamento e ações emancipatórias com a FUP (Federação Única dos Petroleiros e Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – Sindipetro-NF) e construindo uma nova narrativa fora da mídia hegemônica, tomando como referência o espaço banal, e não o espaço reticular das redes do circuito superior, com seus poderes transescalares.

Referências

- ALVES, S. P. **O circuito espacial de produção petrolífera no Rio Grande do Norte.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- BARBOSA, L. O. M.; SILVA, S. C. O circuito espacial de produção do petróleo e a rede hoteleira de Macaé-RJ: reflexões sobre a especialização territorial. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, Rio de Janeiro: UCM, v. XV, n. 58, p. 3-10, dez. 2017.
- BARRIOS, S. Dinámica social y espacio. In: MORVEN – METODOLOGÍA PARA EL DIAGNÓSTICO REGIONAL – IX Curso de Postgrado en Planificación del Desarrollo, 1980, Caracas. **Anais...** Centro de Estudios del Desarrollo, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 1980. p. 1-27.
- BINSZTOK, J.; MONIÉ, F. A cidade do Rio de Janeiro e a cadeia produtiva do petróleo. In: MONIÉ, F.; BINSZTOK, J. (Org.). **Geografia e geopolítica do petróleo.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 263-277.
- CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia: UFU, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010.
- CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas.** 3a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.
- CRUZ, J. L. V. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo:** desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- HILL, R. C.; FEAGIN, J. R. Detroit and Houston: two cities in Global Perspective. In: BRENNER, N.; KEIL, R. (Ed.). **The Global Cities Reader.** London/New York: Routledge, 2006. p. 154-160.
- MORAES, A. C. R. Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio. In: YANES, L.; LIBERALI, A. M. (Org.). **Aportes para el estudio del espacio socio-económico III.** Buenos Aires: El Coloquio, 1991. p. 153-177.
- PETROBRAS. **Terminal Cabiúnas.** Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/terminais-e-oleodutos/terminal-cabiunas.htm>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.
- RODRIGUEZ, N.; FEAGIN, J. Urban Specialization in the World System: an Investigation of Historical Cases. In: BRENNER, N.; KEIL, R. (Ed.). **The Global Cities Reader.** London/New York: Routledge, 2006. p. 32-41.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

- SANTOS, M. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Território**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 5, n. 9, p. 103-109, jul./dez. 2000.
- SANTOS, M. Da política dos estados à política das empresas. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte: ALEMG, v. 3, n. 6, p. 9-23, jul./dez. 1997.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A.; SANTOS, M. (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 15a ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SASSEN, S. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.